

Ano 1987
159

DECRETO N° 882, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1987.

Considerando a utilidade pública área da Fazenda "Tucumé" à construção de Estaleiro Distrital de Tucumé, e na outros provisões elas,

REINHOU ANTÔNIO SILVA, Prefeito do Município de Assis, no uso de suas atribuições legais, e na conformidade do disposto no artigo 5º, incisos "II" e "III" do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e de forma do artigo 57, ítem "V", da alínea I-Ssecção III do Decreto-Lei complementar nº 89, de 3 de dezembro de 1.969 (Lei Orgânica dos Municípios).

ARTIGO 1º

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública, o fim de ser desapropriada pela Prefeitura Municipal, por via exigível ou judicial, o imóvel situado caracterizado, e destinado à construção de Estaleiro Distrital de Tucumé, Município de Assis, e saberá:

"Uma área de terreno retangular, sem benfeitorias, medindo 9.600,00m² (nove mil e seiscentos metros quadrados), com 80,00m (oitenta metros) de frente por 120,00m (cento e vinte metros); a frente aos fundos; e com as seguintes confrontações: pelo lado direito, com a quadra nº 63, lotes e proprietários, adjacente relacionados, e saberão: 01-Etelvina Rocha Ribeiro; 02-Manoel Alexandre Matos; 03-David Leonardo dos Santos; 04-Antonio Ezidio da Silva Filho; 05-Aristides Domingos de Souza; 06-Sem Lançamento; 07-Manoel Ferreira dos Santos; 08-Lourival Dias; 09-Diocresio Lima; 10-Pedro Luiz Cavalcante; 11-Rita Ribeiro; 12-Neilda Nascimento; pelo lado esquerdo, com a quadra nº 35, lotes e proprietários, respectivamente, relacionados, 01-Huban Marcius Boschi; 02-Alcindo Alves Pereira; e 03-Alfredo Pelti; e, finalmente nos fundos com a área de terreno sem lançamento; terreno esse que consta a quem de direitos".

Artigo 2º - O terreno que se refere ao artigo anterior, está descrito no desenho nº 1.322, anexo, que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Artigo 3º - A desapropriação de que trata o artigo 1º deste Decreto é declarada de natureza urgente, para os efeitos do artigo 15 do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, editado pela Lei Federal nº 3.736, de 21 de maio de 1.956;

Artigo 4º - As famílias que não possuem bens o Decreto correrão por conta da despesa provisória orçamentária, suplemento de oportunamente, da necessidade.

Artigo 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua edição.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições de contrário.

Prefeitura Municipal de Assis, em 02 de dezembro de 1.977.

Reinaldo Antonio Silve
Prefeito Municipal

Luz Alcântara
Diretor Departamento de Administração

Assinado no Departamento de Administração da Prefeitura Municipal de Assis, em 02 de dezembro de 1.977.

Luz Alcântara
Diretor Departamento de Administração

JJ/ce